



ESCOLAS DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE FÁBRICAS OCUPADAS E RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES

Lia Tiriba
Universidade Federal Fluminense (UFF)
liatiriba@gmail.com

A pintura amarelo-suja e descascada do portão de entrada dava impressão de pobreza e abandono. Na portaria, os funcionários desuniformizados (fora do *padrão globo* de qualidade) realizam o ‘trabalho prescrito’ pelos antigos patrões : registravam o número de nossas carteiras de identidade e, em seguida, entregavam nossos respectivos cartões de visitante.... Isso tudo, sem a pomposidade habitual de uma empresa de renome internacional que, 1873, havia patenteado e lançado nos Estados Unidos uma fantástica máquina de escrever inventada por Christopher Lathan Sholes. No Brasil, a Remington – Indústria de Máquinas de Escrever chegou a ter 3000 trabalhadores; em fevereiro de 1992, existiam apenas 600 trabalhadores espalhados nos 83 mil m² do parque industrial. Imensos galpões, muitas e muitas máquinas, mas apenas algumas delas funcionando... E os/as trabalhadores/as, onde estavam? O que pensavam sobre o mundo do trabalho? Que tipo de relações de convivência queriam construir ? Conseguiriam sobreviver à perversidade do mercado capitalista? Além de garantir seus postos de trabalho, o que mais desejavam ?

Talvez essas belas/tristes imagens do portão de entrada da Remington poderiam dar uma bom começo de um filme-documentário que retratasse o cotidiano das fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores. Essas foram as primeiras impressões/inquietações que registramos sobre a Remington, situada em um ‘bairro feio’ da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Foi lá que como pesquisadores, acompanhamos de perto o processo de autogestão, iniciado a partir de um ‘ato solene’ em que os funcionários rasgaram as cartas de demissão e, em seguida ocuparam a fábrica. Para eles (e também para nós), ‘autogestão’ era entendida como uma palavra de ordem que anunciava o tipo de relação social que os trabalhadores pretendiam estabelecer no processo de produção. A autogestão seria construída coletivamente, tendo em conta os limites da apropriação coletiva dos meios de produção no interior do



capitalismo. Assim, contribuir para a formação de trabalhadores numa perspectiva de autogestão, tornou-se também um dos objetivos de nossa pesquisa-ação.

Precisaríamos de lentes muito potentes para captar o brilho dos olhos e a emoção dos operários metalúrgicos e, também dos pesquisadores que, além de registrar os acontecimentos, torciam pela viabilidade econômica e política de uma empresa que, a partir de 1992, entrou em regime falimentar. Não havia como esquecer que exatamente no Curso Remington, localizado na Praça Saens Peña que, com 16 anos, iniciei a alfabetização em datilografia: asdfg (teclas à esquerda)... e cedilha lkjh (teclas à direita). Embora a Remington tenha sucumbido alguns anos mais tarde; embora a máquina de escrever, como mercadoria, possa estar superada, fica-nos na memória uma das primeiras experiências de fábricas ocupadas pelos trabalhadores, surgidas no contexto da crise estrutural do trabalho assalariado (Tiriba, 1994)

Muitas outras histórias ocorreram no contexto marcado pela crise do regime fordista e o advento da acumulação flexível, no qual o desemprego saltava aos olhos. Mas a primeira, a gente nunca esquece ! Tivemos a oportunidade de investigar outras experiências de produção associada e, inclusive, voltar no tempo histórico, procurando entender os desafios dos trabalhadores, também em momentos revolucionários como Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e o Processo Revolucionário em Curso – PREC (Portugal, 1974-1975). Seria interessante nos debruçar sobre o Poder Popular no Chile, entre 1970 e 1973, quando para enfrentar o boicote dos empresários aos Governo Allende, os trabalhadores ocuparam as fábricas, criaram ‘cordões industriais’ e ‘comandos comunais’, organizando armazéns populares que abasteciam mais de 300 mil famílias em Santiago. Tratando-se ou não de processos revolucionários, a ocupação de fábricas nos remete à necessidade premente de “criação de uma nova camada de intelectuais” (Gramsci, 1982, p. 8). No horizonte da superação do capitalismo e criação de uma sociedade dos produtores livres associados, a educação de trabalhadores que, historicamente, estiveram relegados às tarefas de execução e aliados do direito de acesso aos fundamentos científico-tecnológicos do mundo do trabalho, teria como desafios a elaboração crítica da



“atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade pratica geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo” (Ibid)

Essa não é uma tarefa, pois exigiria uma nova organização do trabalho e a construção de novas relações de produção em âmbito societário. Para analisar as relações entre trabalho e educação e as formas como elas se configuram em cada momento histórico, impossível não se inspirar no filósofo Antonio Gramsci e em outros autores do materialismo histórico. Ao reafirmar a centralidade do trabalho na formação humana, partimos da premissa do princípio educativo do trabalho, o que significa dizer que o trabalho de produzir a vida social é, também, processo de produção de saberes.. Isso quer a compreensão do trabalho na sua dimensão histórico-ontológica, ou seja, como criação da existência humana, como pedra fundamental do processo de *onminização*. Os seres humanos, mediados pelo trabalho, transformam a natureza a si mesmo como uma de suas forças, no entanto, dependendo das condições históricas em que se produz a realidade humano-social, o trabalho pode se apresentar como elemento de destruição e precarização da vida. .

Para Marx, em todo modo de produção dominante persistem e germinam determinadas relações econômico-sociais que correspondem ao modo de produção que o antecedeu, assim como - ali mesmo – surgem elementos daquele que irá lhe suceder. Nesse sentido, vale a pena nos debruçar sobre os processos de trabalho que, de alguma maneira, podem conter os germes de algo que é ‘novo’, quer dizer, de algo que anuncia o ‘vir a ser’, na perspectiva de superação do modo capitalista de produção da existência humana. Ou será que, no âmago do sistema capital, os processos de trabalho geridos pelos trabalhadores são *apenas* expressões das novas formas de sociabilidade requeridas pela acumulação flexível?

Quanto aos significados da propriedade coletiva dos meios de produção que se configura no interior do modo de produção capitalista, tentamos fugir da clássico maniqueísmo do bom” ou “ruim”, do “isso” ou “aquilo”. Para refletir sobre as



dimensões educativas dos movimentos de ocupação de fábricas, hoje, no contexto da acumulação flexível, recorreremos à Antonio Gramsci, tomando como referência alguns de seus escritos sobre os conselhos de fábrica em Turim (1919-20), por ele considerados uma escola maravilhosa de formação de trabalhadores, uma escola de aprendizagem técnica e política. Numa mensagem aos delegados do Atelier de Fábrica da Fiat, publicada no *Ordine Nuovo*, em 1919, Gramsci adverte que “a massa operária deve preparar-se efectivamente a fim de adquirir um completo controle de si e, o primeiro passo a dar nesta via consiste em ser mais solidamente disciplinada no interior da fábrica e sê-lo de modo autônomo, espontâneo e livre” (Gramsci, 1976, p. 43). Sem dúvida, haveremos de considerar as distâncias e proximidades que marcaram os diversos capítulos da história do capitalismo em que as classes trabalhadoras tomaram para si processo de trabalho e, algumas vezes, o conjunto de atividades necessárias para produção da vida social.

Crise do emprego: “fábrica fechada, fábrica tomada por seus trabalhadores” (?)

*Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós as ocupamos.
Eles fazem as guerras e destroem as nações, nós defendemos
a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem, nós unimos.
Porque somos a classe trabalhadora.
Porque somos o presente e o futuro da humanidade.*

Carregado de poesia, esse é um trecho da Declaração do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizado em outubro de 2005, em Caracas, Venezuela. Tem se tornado uma espécie de *slogan* de alguns movimentos populares que reúnem centenas e, algumas vezes milhares de trabalhadores que, depois de viver a experiência de vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, vêm-se obrigados a ocupar a fábrica, tomando-a para si. Esse ‘quase-poema’ está repleto de esperanças de que, enquanto classe, os trabalhadores realizem aquilo que pode ser (i)rrealizável. No documento final do II Encontro, realizado em 2009, os trabalhadores declaram que o capitalismo se tornou um obstáculo para o desenvolvimento humano. Assim, para fazer frente à crise mundial que leva ao fechamento das fábricas, devemos responder “com a ocupação das empresas e colocá-las em produção sobre nosso controle e benefício da coletividade”. Lembram que, como



assinhalou o Presidente Hugo Chaves (Venezuela), em 2005, “fábrica fechada, fábrica tomada por seus trabalhadores”. Sabem que as fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores

(...) não podem existir isoladas em meio a uma economia capitalista. Ou a luta pela tomada e ocupação de fábricas se estende para todo o país e para o continente e ao restante da classe trabalhadora, ou estará condenada a sucumbir fruto à pressão da concorrência ou sabotagem estatal e capitalista. Por isso, a palavra de ordem ‘fábrica fechada, fábrica ocupada deve dissimular-se a ser levada à prática para que possamos sobreviver com o propósito final de que todo o aparato produtivo esteja sob controle da classe trabalhadora aliada com os pobres do país. (www.marxismo.org/index.php?pg=ar)

Qual a origem dos atuais movimentos de fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores ? No Brasil, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, evidenciou-se um *boom* de indústrias que, mesmo sem um marco jurídico próprio, passaram a ser denominadas de empresas autogestionárias ou empresas de autogestão. Além da Remington, entre as indústrias cujos trabalhadores ocuparam as instalações das fábricas e tomaram para si os meios de produção, vale citar a Companhia Carbonífera do Araranguá – CBCA, Bruscor - Cooperativa de Cordas e Cordoamentos , Fino Toque Textil Cooperativa, em Santa Catarina; Wallig Fogões / Coomec, no Rio Grande do Sul; Makerly Calçados, Engesa e Cobertores Paraíba, em São Paulo; Caraíba, na Bahia.

E por que não atizar a memória em relação ao I Seminário Nacional de Autogestão, realizado em setembro de 1993, no Sindicato dos Mineiros de Criciúma/Santa Catarina.? Tendo como parceiros o PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul e a CNTSM - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral, o encontro com trabalhadores de empresas autogestionárias resultou num jornalzinho chamado *Jornal da Autogestão*, que nunca saiu do primeiro número (e do qual fui uma das editoras). Foi quando, depois de pedir proteção à Sta. Bárbara (padroeira dos mineiros), descemos 150 metros de profundidade para visitar uma mina de carvão mineral que, há pouco tempo tinha ‘passado para a mão dos trabalhadores’. A Companhia Carbonífera Araranguá, onde está a mina, continua - desde 1987- sob controle dos trabalhadores. Na falta de um marco jurídico (nacional) para legalizar a situação da empresa, hoje é conhecida como Cooperminas (Cooper, de cooperativa).



No ir e vir no tempo, não podemos deixar de registrar que em 1994 foi criada a Associação Nacional de Empresas em Autogestão – ANTEAG; em 2001 foram catalogadas 19 empresas contendo uma total de 3.948 trabalhadores a ela associados. Em 2003, são criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/ MTE, buscando fortalecer não apenas a recuperação das fábricas ocupadas por trabalhadores, mas o conjunto de atividades de produção, comercialização, crédito e consumo, organizadas coletivamente pelos trabalhadores. Em uma pesquisa da SENAES, realizada no ano de 2005, em que foram analisadas 28 empresas recuperadas pelos trabalhadores, constatou-se que do total dos casos estudados, 12 empresas eram do ramo metalúrgico, 05 de vestuário e calçados; apenas uma empresa continha entre 1000 e 3000 trabalhadores; 12 contavam com menos de 100. O termo ‘autogestão’ torna-se corrente no interior dessas empresas.

O fenômeno das empresas autogestionárias é constituído no Brasil por experiências resultantes de processos falimentares, que buscam, a partir da democratização da posse dos meios de produção, avançar também para a democratização de forma de gestão das empresas através da aplicação dos princípios da autogestão (Tauile et al, 2005, p.20.)

Entre unidades produtivas consideradas em integrantes da Economia Solidária, podem ser citadas a Uniforja, Cooperminas e Coppermetal (SC), Usina Catende (PE) e Coopermanbini (MG), Cooparj (RJ) e muitas outras, etc. Poderão algumas dessas experiências do tempo-presente ser consideradas como experiências históricas da classe trabalhadora? Vale destacar que os trabalhadores associados organizam-se de acordo com as suas concepções políticas, assim, nem tudo é parte constitutiva do movimento da Economia Solidária. Atualmente, são emblemáticas as experiências vividas da Cipla, Interfibras (Santa Catarina) e da Flaskô (em Sumaré/São Paulo); ao invés de criar uma cooperativa, os trabalhadores dessas três empresas reivindicam a estatização da fábrica. Unificando a luta com Cipla/Interfibras, em um movimento que se denomina Movimento de Fábricas Ocupadas, os operários ocuparam a Flaskô em junho de 2003, organizando diversas atividades que envolvem a comunidade local: um Boletim Informativo e de um site na internet, uma Fábrica de Cultura e Esportes e além disso, criaram Vila Operária e Popular. Passados 7 anos, “Os trabalhadores da Flaskô continuam com a campanha pela estatização da fábrica, sob o controle operário, pois



sabem que essa é a única garantia de emprego de forma duradoura” (<http://www.defenderaflasko.blogspot.com/>)

Como movimento social, no início dos anos 2000, a ocupação de fábricas ganha impulso nos países latino-americanos, em especial no Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia. Destaca-se, também a Venezuela com a criação do Ministério da Economia Popular, durante o Governo Hugo Chaves; o objetivo é criar as condições para assegurar desenvolvimento endógeno do país (Novaes, 2010). Sabemos que, embora as lideranças queiram ‘politizar o movimento’, o que inicialmente move a luta dos trabalhadores é a garantia da sobrevivência imediata, o que pressupõe a manutenção dos postos de trabalho e o acerto, por parte dos patrões, das ‘contas atrasadas’. Ou, como disse um operário da Remington, “a consciência é a consciência da barriga”.

Importante registrar que os processos de ocupação sob regime de autogestão podem limitar-se a um método de gestão do trabalho, não estando necessariamente relacionados à perspectiva de transformação social. De nossa parte, quando nos referimos à autogestão, devemos considerar a autogestão do trabalho e autogestão da vida social social, ou seja, os diferentes níveis de autonomia e controle dos trabalhadores: a) sobre o objeto de trabalho (liberdade de criação nas formas de utilização da matéria-prima, máquinas e equipamentos); b) em cada uma das equipes de uma determinada organização econômica; c) no âmbito da unidade econômica ou organização social; d) no âmbito da sociedade em geral. No mundo das aparências, a ‘autogestão’ pode parecer unanimidade entre os trabalhadores, no entanto, no mundo real, muitos ainda não conseguem perceber seus pressupostos. Mesmo assim, assumem o discurso quer porque são favoráveis àquilo que suas representações lhes indicam sobre autogestão, quer “por razões de submissão e subordinação intelectual”, tomando emprestada a outro grupo social “uma concepção que lhe é estranha”, mas que acredita conseguiu-la e dela compartilhar (Gramsci, 1978: 15).

Os processos de luta podem ganhar corpo: o que representava apenas uma forma de driblar a crise do trabalho assalariado e afastar a fantasma do desemprego pode repercutir na apropriação coletiva dos meios de produção, ou seja, de tomar para si a organização do processo trabalho, controlar e definir os rumos do trabalho. Sobre as



fábricas ocupadas na Argentina, em 2001, Valentina Pichetti analisa que, para os trabalhadores, ocupar uma fábrica e colocá-la em funcionamento pressupõe assumir um compromisso individual e coletivo com a luta, pois não podemos ignorar que ataca “uno de los principios rectores de las sociedad capitalista, el derecho a la propiedad privada (Pichetti, 2002, p. 13). Para Alfredo Grande (2002, p.11), professor da *Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo*, “apropriar-se da fábrica é profanar o templo do capital”. Na perspectiva do trabalho (e não do capital), recuperar uma fábrica significa recuperá-la para o trabalho criador, para a alegria, para a saúde mental e para os direitos humanos, significa recuperá-la para o pensamento. Como ensina a experiência acumulada, isto pressupõe mobilizar e reunir os saberes do trabalho assalariado e transformá-los em “saberes socialmente produtivos” (Puiggrós y Gagliano, 2004) para o trabalho associado.

Conselhos operários: o aprendizado de novas relações sociais de produção.

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar*
Eduardo Galeano.

De uma maneira geral, a ocupação da fábrica é antecedida de greves, manifestações e outras formas de luta. Ao analisar o Processo Revolucionário em Curso - PREC (Portugal, 1974-1975), José Pires indica que a greve não significa o abandono definitivo do trabalho. Como os trabalhadores não se sentem desligados da empresa, a ocupação é pois uma tomada de posse dos locais de trabalho pelos próprios trabalhadores. Ao pararem o trabalho, os operários querem dizer que sem eles nada se produz; sem eles para quê as máquinas e o capital (Pires, s/d, p.18).

Antonio Gramsci nos ajuda a refletir sobre o chão-da-fábrica como elemento de uma “escola do trabalho”, agora sob controle dos próprios trabalhadores. Entendia que os conselhos operários, no movimento grevista em Turim, entre 1919 e 1922, eram órgãos de democracia operária que

“limitam o poder do capitalista na fábrica e executam as funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidos e ampliados, deverão ser, amanhã, os



órgãos do poder proletário, que substitui o capitalista em todas as suas funções profícuas de direção e administração (Gramsci e Bordiga, 1981: 35).

A tarefa dos conselhos é fazer um estudo minucioso do sistema de produção, realizado em cada uma das sessões, buscando um ponto ótimo de produtividade e relações de trabalho. O conselho seria um órgão de educação recíproca, de formação técnica e, ao mesmo tempo de formação política, possibilitando uma nova concepção de mundo. Assim, “o trabalho, que depois de ter sido por séculos um instrumento nas mãos dos que o exploravam pretende afirmar-se hoje, dirigir a si mesmo” (Ibid, p. 46).

Em *Democracia operária, partidos, sindicatos e conselhos*, Gramsci sugere: “por que não criar, na fábrica, oficinas especializadas na instrução, escapando ao embrutecimento e à fadiga, abrir seu espírito ao conhecimento dos diversos processos de produção e aperfeiçoando-se?” (1976, p.46). O conselho operário, como forma de controle dos trabalhadores sobre a produção, abre possibilidades de contrariar os sentidos do trabalho, subvertendo a lógica do capital. Para isso é necessário o desenvolvimento de um novo ‘espírito social’ entre os trabalhadores, instaurando uma disciplina voluntária, e não mais forçada. Ao contrário do capitalismo em que a disciplina é um instrumento de subsunção do trabalho ao capital, para os trabalhadores associados, a disciplina é uma condição para a conquista da liberdade, para se livrar do fardo da escravidão de classe. Em última instância, os conselhos operários conselhos são um “órgão idôneo de educação recíproca”, pois são “centros de vida proletária”, podendo se constituir como “uma escola maravilhosa de experiência política e administrativa” (Gramsci e Bordiga, 1981: 35-36). Assim como para Marx, o homem, “trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a soberania, exerce seu poder e a sua liberdade criadora da história”. (Idem: 43)

Como assinala Coutinho (2007), em outubro de 1919, cerca de 50 mil operários de cerca de 30 mil empresas já estão organizados em Conselhos. No entanto, embora a “a classe operária também se governa fora do sindicato, se governa no seio da fábrica de acordo com o seu local de trabalho” (Gramsci 1976, p. 83), faltaria ao jovem Gramsci a concepção de que “o “território da classe operária” vai além da fábrica: abarca a totalidade das instituições sociais, políticas e culturais que asseguram a reprodução da



vida social como um todo, e, inclusive, a reprodução da produção econômica” (Coutinho, 2007, p. 33). Só mais tarde, irá reconhecer a necessidade de não subestimar a importância de um partido político,

que organiza a vontade coletiva, enquanto instrumento privilegiado de síntese política que possibilita a conquista de hegemonia naquele território mais amplo, que transcende a fábrica e é formado pelo que Gramsci chamaria mais tarde de sociedade civil (Ibid, p. 33-34) .

Sabemos que os processos de ocupação e apropriação da fábrica pelos trabalhadores proliferaram ao longo do regime de acumulação flexível, no entanto são anteriores à crise do fordismo, acompanhando as crises do capital. Também podem ser expressões de movimentos sociais populares de cunho emancipatório. Com diversos graus de controle dos meios de produção e estabelecendo diferentes tipos de relações com o Estado, as experiências históricas de autogestão e de controle operário sobre a produção remontam à Comuna de Paris, em 1871. No que diz respeito à experiência portuguesa (imediatamente após o golpe militar de 25 de Abril 1974, que pôs fim a 48 anos de fascismo), os conselhos operários nos ensinam sobre a necessidade de articular os saberes que o capital fragmentou; para colocar os meios de produção a serviço da classe trabalhadora é preciso, por exemplo que os trabalhadores detenham, entre outros:

(...) O conhecimento de terrenos, edifícios, propriedades, automóveis e participações financeiras noutras empresas e das relações da empresa com outros do mesmo grupo económico, com vistas a definir o que foi adquirido pela empresa.

(...) O conhecimento da idade das máquinas, de forma a evitar que o equipamento obsoleto continue a funcionar, implicando aumento da produção, substituindo-o logo que possível por máquinas que correspondem à evolução Tecnológica e às necessidades da empresa.

(...) A verificação da existência de matérias-primas de origem nacional que podem ser utilizadas para substituir matérias-primas até então importadas, e também a procura de outros mercados de substituição para não se depender de um pequeno grupo de países capitalistas.

(...) Verificação da organização da produção de forma a combater os tempos mortos, eliminar os desperdícios, compensar e aproveitá-los, bem como os gastos excessivos de energia e matérias-primas que, a conseguir, se melhorará a situação económica da empresa.

(...) O ultrapassar dos limites e especificação imposto pelo patronato de forma a permitir um conhecimento mais amplo do processo produtivo, o que, não quer dizer deixar para trás o aperfeiçoamento Técnico e individual

(...) O estudo da resolução dos passivos financeiros, a forma como era utilizada pelo capital para desviar a mais valia das empresas que não devem ser os Trabalhadores a pagar as conseqüências que se podem traduzir no



aumento dos preços. (Caderno do Programa e Controlo Operário. Comissão de Trabalhadores da Plessey Automática apud Tiriba, 2009, p. 161-162)

O caso português é exemplar para compreender o princípio educativo do trabalho, mediado pelas comissões de trabalhadores que aderiram ao controle operário sobre a produção. Como dizia Gramsci, mesmo o trabalho “mais primitivo e desqualificado” deve constituir a base do intelectual de novo tipo” (1982, p. 8). De um lado, a formação de trabalhadores se dava, de um lado, pelo esforço para mobilizar os saberes necessários para gerir as unidades produtivas e, de outro, pelo aprendizagem das relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo PREC. Na busca de um novo equilíbrio entre ‘atividade intelectual’ e esforço muscular-nervoso’, revolução portuguesa caminhava no horizontes da constituição de um intelectual de novo tipo. De acordo com os princípios da “escola do trabalho”, de formação humanista, “o modo de ser do novo intelectual não pode consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida pratica, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – e superior todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se á técnica ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a ser “dirigente” (especialista + político)” (Gramsci, 1982, -8).

Em síntese, sobre ocupação de fábricas sob controle operário ou qualquer outra denominação que indique a apropriação coletiva dos meios de produção, o que Gramsci nos ensina? É possível afirmar que a concepção de ‘intelectual de tipo novo’ já existia de forma embrionária desde o período de 1919/20, quando Gramsci publicava seus artigos no *Ordine Nuovo*, dirigindo-se aos operários de Turim. A fábrica seria o *locus* de produção dos intelectuais orgânicos do proletariado – sujeitos capazes de gerir técnica e economicamente o processo produtivo, ao invés de executar um programa pré-estabelecido pelos capitalistas. O trabalho fabril seria espaço de formação de intelectuais orgânicos portadores de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura do trabalho. No entanto, a “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, [...] a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’, ou seja, o momento da ‘catarsis’ passa por complexo processo”. (Gramsci, 1978: 58)



A fábrica é uma escola, é também um espaço para colocar em cheque e subverter o sistema capitalista; é por meio da luta “que se avança ou se recua: é através dela que a classe trabalhadora descobre as contradições dos explorados e as põe a nu; é também na luta que os trabalhadores descobrem as suas próprias contradições e as ultrapassam” (Pires, s/d, p.9). No entanto, não se trata de tomar posse de qualquer ‘saberzinho’ mas, pela práxis, possibilitar a (re)produção ampliada do saber sobre a vida social, tendo em vista transformá-la. Fundamentado no pensamento do filósofo italiano, Semeraro entende que “não é pondo-se fora do mundo, à margem da ciência e do trabalho qualificado que se chega à hegemonia”. Assim, a questão é “como a ciência e a tecnologia, as transformações no mundo do trabalho e o novo sistema de produção podem ser arrancados da classe dominante para se tornar forças vivas de emancipação, de liberdade, de socialização, de fundação de uma civilização democrática popular?” (Semeraro, 2004, p. 266). Nessa horizonte, de olho no conhecimento encarnado sobre trabalho associado e autogestão, entendemos “saberes do trabalho associado” os conhecimentos produzidos nos processos de trabalho caracterizados, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e gestão coletiva das decisões quanto à utilização dos excedentes e aos rumos da produção. São tecidos no cotidiano do trabalho e resultam das experiências vividas ao longo da história da classe trabalhadora, em momentos revolucionários ou não. Derivam também de movimentos e práticas populares em que, inicialmente, a associatividade configura-se apenas como forma de driblar as contradições entre capital e trabalho (Fischer e Tiriba, 2009).

Movimento e movimento(s) operários : ocupar para quê?

A Fiat , maior empresa da região de Betim, em dezembro de 1997, ano *record* de produção da indústria automobilística no Brasil, chegou a empregar 24 mil e quinhentos trabalhadores. Quatro anos depois, já havia eliminado 15 mil empregos diretos. Considerando que a partir dos anos 1990, quando o mundo do trabalho passou por transformações radicais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/ Minas Gerais publicou um brochura para ilustrar as experiências vividas no dia-a-dia das linhas de produção das indústrias metalúrgicas da região. Talvez por analogia à Cartas do



Cárcere, essa publicação se chamou Cartas de Fábrica. Trata-se de uma coletânea de escritos enviados pelos trabalhadores ao sindicato para denunciar às péssimas condições de trabalho nas fábricas da região. Os trabalhadores pedem aos diretores do sindicato que publiquem as cartas e depois as rasguem, pois

“como se não bastasse o excesso de trabalho e o acúmulo de tarefas todos os dias, devido à redução de mão-de-obra com a demissão de vários companheiros de nossa equipe....hoje, a meu ver, não tem mais como haver mais redução (...) Não podemos nem mesmo tomar o nosso café sossegado, pois ela fica nos cantos anotando o tempo parado” (Cartas de Fábrica, p. 17)

Para Michel Vakalouis embora, muitas vezes não deixem rastros estatísticos, os conflitos entre capital e trabalho são ininterruptos. Apesar da crise que atravessa há duas décadas, acredita que o movimento operário não é uma força histórica em extinção.

“Sem dúvida, perdeu a centralidade sociológica e simbólica, característica da época fordista. Seu ‘brilho’, ligado ao imaginário heróico do proletariado industrial desapareceu. Não é nem o único ator do conflito social nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados. De qualquer forma, questão da ‘hegemonia’ não mais se apresenta nesses termos” (Vakalouis, 2005, p. 134-5).

Nessa perspectiva, teríamos que questionar a atualidade dos conselhos operários e do controle operários? Ou, como toda categoria histórica, entendê-los tendo em conta a nova materialidade do sistema capital? Como havia anunciado *L’Ordine Nuovo* no dia 10 de fevereiro de 1921, “para os comunistas, pôr o problema do controle significa pôr o maior problema do atual período histórico, significa pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção e, por conseguinte, o problema da conquista do Estado”. Argumenta que o terreno do controle “aparece como fundamento sobre o qual a classe operária – tendo conquistado a confiança e o consentimento das grandes massas populares – constrói o seu Estado, organiza as instituições do seu governo, chamado para integrá-lo todas as classes oprimidas e exploradas, e inicia o trabalho positivo de organização do novo sistema econômico e social.”¹

¹ Gramsci, Antonio; Controle Operário. Transcrito de *Escritos políticos*, vol. 2, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/02/10.htm>



São muitas as histórias de luta da classe trabalhadora. Não por acaso, “experiência” é considerada por E.P. Thompson (1987) como categoria que carrega a “experiência histórica”. Se a ocupação de terras é a forma como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra conseguiu para materializar a idéia de “a terra é de quem nela trabalha” (Emilio Zapatta), seria a ocupação de fábricas a forma de garantir os empregos que o capital roubou? Poderia ser também, uma das maneira dos trabalhadores irem ensaiando, desde já, uma organização do trabalho fundada em uma economia política da classe trabalhadora (e não dos proprietários privados dos meios de produção)? Sobre essa questão o que diriam as centenas famílias que brigam na justiça pela propriedade e posse da Usina Catende (Pernambuco), hoje denominada Cooperativa Catende/Harmonia?

Toda educação é educação política e que, como dizia Gramsci (1978, p.37) “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, o que pressupõe um conjunto de princípios e métodos de socialização e produção de saberes e de práticas sociais que corroborem para a criação de uma nova concepção de vida e de mundo, para uma reforma moral e intelectual. Longe de uma visão romântica que enaltece os fazeres e saberes popular, entendemos que no *ring* da luta entre capital e trabalho, os trabalhadores podem aprender muitas coisas. Infelizmente podem aprender que é ‘muito bom ser patrão’, que é muito bom ‘gerir o próprio negócio’ e explorar a força de trabalho alheia. De parte do capital, do Sebrae e OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, por exemplo, o cooperativismo e outras formas de empreendedorismo têm sido a forma que o capital encontrou para driblar a crise material e existencial, provocada pela crise do trabalho assalariado, diminuindo também os custos dos empresários em relação aos direitos trabalhistas. Na verdade, podemos dizer que existem movimentos e movimentos de fábricas ocupadas. Grosso modo, ao ocuparem a fábrica os trabalhadores (e/ou suas lideranças) têm como horizonte político pelo menos três possibilidades: a) a manutenção da empresa, nos moldes tradicionais capitalistas, onde os operários se tornam os novos patrões ou os patrões de si mesmo; b) a transformação da empresa em cooperativa, na perspectiva de um cooperativismo popular ou autogestionário; c) luta pela estatização da empresa, sob controle operário



É preciso separar o joio do trigo! Sendo a realidade contraditória, entendemos que persistem, (re)ssurgem e se manifestam com maior intensidade outras formas de trabalho cujo sentido não se limita à reprodução do capital. Ao imiscui-nos “ativamente na vida prática” (Gramsci, 1982) vamos descobrir as múltiplas dimensões do mundo do trabalho (ou dos mundos do trabalho). Ao pular os muros da fábrica capitalista vamos nos deparar com organizações econômicas populares, grupos de produção associada, as cooperativas populares, fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores. Mesmo não contendo nenhum poder revolucionário, vamos encontrar experiências de grupos de trabalhadores que não vivendo da exploração da força de trabalho alheia, resistem às forças destrutivas do capital.

Considerando a educação como mediação e, ao mesmo tempo, como parte integrante da cultura do trabalho que vai se plasmando nas fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores, nossa utopia é que, de alguma maneira, os trabalhadores/as apreendam que a autogestão do trabalho e da vida social (no sentido pleno), tem como requisito a ruptura com a sociedade de classes e a constituição de uma sociedade dos produtores livremente associados. Nesse sentido, entendemos que vale a pena viver a experiência da produção associada; vale a pena continuar investigando sobre as dimensões educativas dos processos de ocupação de fábricas, tendo em conta os limites da gestão operária na sociedade de classes. Como sempre, Gramsci (1982) nos ajuda a argumentar sobre os desafios da formação de trabalhadores associados: que cada um dos trabalhadores, e não apenas alguns, possam se tornar governantes e controlar aqueles que transitoriamente dirigem.

Entre o “pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade” (Gramsci), é preciso lutar, denunciar, questionar... ousar fazer o avesso da pedagogia da fábrica capitalista. Mas, como sinaliza o belo poema de Vladimir Ilitch Lenin: “É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”

Referências bibliográficas



COUTINHO, Carlos N. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GRANDE, Alfredo. Cuando la necesidad no tiene cara de hereje (apuntes sobre la subjetividad recuperada). In CARPINTERO, Enrique y HERNÁNDEZ, Mario. *Produciendo realidad*. Las empresas comunitarias. Buenos Aires: Topía, 2002, p. 105-111.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Democracia operária*. Partidos, sindicatos, conselhos. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

NOVAES, Henrique T. *A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas*. Campinas/SP: Unicamp (Tese de Doutorado), 2010

PICHETTI, Valentina. Fábricas tomadas, fábrica de esperanças. Las experiencias de Zanón y Brukman. In Carpintero, e. y Hernández, M. *Produciendo realidad*. Las empresas comunitarias. Buenos Aires: Editorial Topía: La Massa, 2002.

PIRES, José. Greves e o 25 de Abril. Lisboa: Base FUT, s/d

PUIGGRÓS, A. y GAGLIANO, R. (Dir.). *La fábrica del conocimiento*. Los saberes socialmente productivos em América Latina. Rosario:Homo Sapiens, 2004.

SEMERARO, G. Especializados e políticos: trabalhadores dirigentes de uma democracia popular. In TIRIBA, L. e PICANÇO, I. *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida/SP: Idéias e Letras, 2004, p.257-274.

TIRIBA, Lia. *Autogestão e chão-de-fábrica*. Um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Universidade Federal Fluminense, 1994 (Relatório final de pesquisa).

_____. Processo de trabalho e processo educativo. Notas sobre o período de ouro da educação de adultos em Portugal. In CANÁRIO, R. e RUMMERT,S. *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa, 2009, p 155-171.

TIRIBA, Lia E FISCHER, Maria C. B. De olho no conhecimento encarnada sobre trabalho associado e autogestão. In CANÁRIO, R. e RUMMERT,S. *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa, 2009, p. 173-188.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa. Livro I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.. 1987.

TAUILLE, José R. et all. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004*. Brasília, MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

VAKALOUIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In LEHER. R. e SETÚBAL, M. (ogs). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 126-40.